



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE
SANTA CRUZ DO SUL

Processo Seletivo Público de Estágio - Edital Nº 001/2026
CIEE/RS – Centro de Integração Empresa - Escola do Rio Grande do Sul
Processo Seletivo Público de Estágio – **07 de março de 2026**

Nome:

Curso:

Nº de Inscrição:

Assinatura do Candidato

Informações importantes:

- ✓ Antes de iniciar a prova confira todos os seus dados na Grade de Respostas e assinhe a mesma;
- ✓ Esta prova contém **40 questões objetivas** e terá duração total de **01 hora e 30 minutos**;
- ✓ Para cada questão existe somente uma alternativa correta;
- ✓ Com caneta de tinta azul ou preta, assinale na prova a alternativa que julgar correta e, após, transfira para a “Grade de Respostas”;
- ✓ Cuidado no preenchimento da Grade de Respostas, pois não serão substituídas em caso de rasura;
- ✓ Não serão computadas as questões não assinaladas na grade e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasuras;
- ✓ Os monitores de sala não esclarecerão dúvidas sobre a prova durante a sua realização.

BOA PROVA!



Direito Constitucional | 10 questões

1) De acordo com a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, entre outros, aos princípios de:

- a) Publicidade, moralidade, pessoalidade e individualismo.
- b) Impessoalidade, livre disponibilidade do interesse público, moralidade e eficiência.
- c) Legalidade, moralidade, eficiência e impessoalidade.
- d) Legalidade, publicidade, eficiência e autonomia da vontade privada.
- e) Pessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

2) De acordo com a Constituição Federal, quando a demissão de servidor público estável for invalidada por sentença judicial, ele será:

- a) Reintegrado.
- b) Readaptado.
- c) Reconduzido.
- d) Aposentado.
- e) Reaproveitado.

3) Sobre as garantias constitucionais relativas à pena, conforme a Constituição Federal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A pena de morte é vedada em qualquer situação.
- b) A pena de trabalhos forçados é permitida.
- c) As penas de multa e de banimento podem ser consideradas regras.
- d) É vedada a imposição de pena de perda de bens.
- e) Não haverá pena de caráter perpétuo.

4) Sobre o direito fundamental de livre reunião, nos termos da Constituição Federal, todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais:

- a) Abertos ao público, mediante autorização prévia da autoridade competente.
- b) Restritos, independentemente de autorização, podendo frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) Abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) Restritos, independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- e) Restritos, mediante autorização prévia de autoridade competente.

5) A Constituição Federal concebe como plena a liberdade de associação para fins lícitos. Nos termos da Constituição Federal, quando expressamente autorizadas, as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados:

- a) Apenas em âmbito interno da própria associação.
- b) Apenas em ações constitucionais.
- c) Apenas em âmbito judicial.
- d) Apenas em âmbito extrajudicial.
- e) Em âmbito judicial ou extrajudicial.

6) Os órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios ou do Município (onde houver), emitem pareceres prévios sobre a prestação de contas anual dos Prefeitos. Nos termos da Constituição Federal, esse parecer prévio somente deixará de prevalecer por qual quórum mínimo de decisão da Câmara Municipal?

- a) Maioria absoluta.
 - b) Dois terços.
 - c) Três quintos.
 - d) Três quartos.
 - e) Unanimidade.
-



7) Os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei, e determinadas ações constitucionais gozam de gratuidade. Nos termos da Constituição Federal, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Ações gratuitas.
(2) Ações que não gozam de gratuidade.

- () Habeas corpus.
() Habeas data.
() Mandado de segurança.

- a) 1 - 2 - 2.
b) 2 - 2 - 1.
c) 1 - 1 - 2.
d) 1 - 2 - 1.
e) 2 - 1 - 2.

8) A iniciativa popular no processo legislativo também ocorre em âmbito municipal nos projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros. Nos termos da Constituição Federal, nessa hipótese, é necessária a manifestação de, pelo menos:

- a) 5% do eleitorado municipal.
b) 10% do eleitorado municipal, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um dos bairros.
c) 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados.
d) 3% do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos cinco Municípios.
e) 2% do eleitorado estadual, com não menos de 0,5% dos eleitores de cada um dos Municípios.

9) De acordo com a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

A prática do racismo constitui crime _____, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

- a) afiançável e suscetível de anistia
b) inafiançável e imprescritível
c) inafiançável e insuscetível de graça
d) afiançável e prescritível
e) insuscetível de graça e prescritível

10) O mandado de injunção é uma ação constitucional cujo objeto é bastante limitado. Nos termos da Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à _____, à _____ e à cidadania.

- a) política | economia
b) saúde | educação
c) liberdade | autonomia
d) nacionalidade | soberania
e) crença | religião

Direito Administrativo Brasileiro | 10 questões

11) Considerando-se os poderes administrativos, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Poder disciplinar.
(2) Poder hierárquico.
(3) Poder regulamentar.

- () Consiste na possibilidade de a administração aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais.
() É o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos.
() É o poder de editar atos administrativos.

- a) 3 - 1 - 2.
b) 2 - 1 - 3.
c) 2 - 3 - 1.
d) 1 - 2 - 3.
e) 1 - 3 - 2.

12) Em relação aos poderes administrativos, quando a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta a ser adotada, sem atribuir margem de liberdade para o agente público escolher a melhor forma de agir, trata-se do poder:

- a) Vinculado.
b) Discricionário.
c) Regulamentar.
d) Hierárquico.
e) Disciplinar.
-



13) A. foi informado que a ampliação de seu estabelecimento dependia de licença ambiental. De acordo com as espécies de ato administrativo, a licença qualifica-se como ato:

- a) Ordinatório.
- b) Negocial.
- c) Normativo.
- d) Enunciativo.
- e) Punitivo.

14) É possível a modificação da competência, desde que não se trate de competência atribuída, com exclusividade, ao órgão ou entidade administrativos. A respeito da delegação de competência, analisar os itens.

- I. Pode ser revogada a qualquer momento pela autoridade delegante, o que denota o seu caráter precário.
- II. Os atos praticados durante a vigência da delegação são de responsabilidade do delegatário.
- III. É o chamamento, pela autoridade superior, das atribuições inicialmente outorgadas pela lei ao agente subordinado.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item III.
- c) Apenas nos itens I e II.
- d) Apenas nos itens II e III.
- e) Em todos os itens.

15) Neste atributo do ato administrativo, ao editar os seus atos, a Administração poderá impor de modo unilateral seu cumprimento aos particulares, em vista dos interesses que representa. Esse atributo denomina-se:

- a) Competência
- b) Finalidade.
- c) Discricionariedade.
- d) Imperatividade.
- e) Motivo.

16) Sobre o poder discricionário da Administração Pública, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O poder discricionário permite ao administrador agir fora dos limites previstos em lei, desde que atenda ao interesse público.
- b) No poder discricionário, a lei confere certa margem de liberdade ao administrador quanto à conveniência e oportunidade do ato, sempre dentro dos limites legais.
- c) Todo ato discricionário é imune ao controle judicial.
- d) A discricionariedade afasta a necessidade de motivação do ato administrativo.
- e) O poder discricionário se confunde com o poder arbitrário.

17) Acerca do poder de polícia, é CORRETO afirmar que:

- a) É exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- b) Incide apenas sobre bens públicos.
- c) Consiste na atividade administrativa que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade em razão do interesse público.
- d) Não admite delegação em nenhuma hipótese.
- e) É sempre vinculado, não comportando discricionariedade.

18) São atributos do ato administrativo, EXCETO:

- a) Bilateralidade.
- b) Presunção de legitimidade.
- c) Imperatividade.
- d) Autoexecutoriedade.
- e) Tipicidade.

19) Quanto ao elemento competência do ato administrativo, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A competência pode ser livremente modificada pela vontade da autoridade administrativa.
- b) A incompetência relativa torna o ato inexistente.
- c) A competência é, em regra, irrenunciável e improrrogável, salvo nos casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- d) A delegação transfere a titularidade da competência.
- e) A avocação é admitida mesmo quando a lei a proíbe.



20) Sobre o desfazimento dos atos administrativos, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A revogação ocorre por motivo de ilegalidade e produz efeitos retroativos (*ex tunc*).
- b) A anulação ocorre por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) A convalidação somente é possível em caso de vício de objeto.
- d) A administração não pode anular seus próprios atos após o prazo decadencial, ainda que ilegais.
- e) A revogação produz efeitos, em regra, não retroativos (*ex nunc*), enquanto a anulação produz efeitos retroativos (*ex tunc*), respeitados os direitos adquiridos e o prazo decadencial previsto em lei.

Direito Civil | 5 questões

21) Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- b) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se dois meses depois de oficialmente publicada.
- c) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo começará a correr da antiga publicação.
- d) As correções a texto de lei já em vigor não configuram lei nova.
- e) Se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

22) A respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A Lei em vigor terá efeito mediato e específico, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- b) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) Não são considerados adquiridos os direitos que seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo ou condição preestabelecida inalterável.
- d) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que ainda caiba recurso.
- e) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome e a capacidade, não se aplicando aos direitos de família.

23) Em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, quanto às regras de aplicação da lei relativas aos bens, às obrigações e à forma dos atos jurídicos, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país de nascimento.
- b) Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.
- c) O penhor regula-se pela lei de qualquer país.
- d) Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, não admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.
- e) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei de qualquer país.

24) Considerando as disposições relativas à prescrição e à decadência do Código Civil, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A exceção não prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) A renúncia da prescrição não pode ser expressa nem tácita, e só valerá, sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- e) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas não têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente.



25) Considerando as disposições relativas à prescrição e à decadência do Código Civil, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A prescrição não pode ser interrompida por qualquer interessado.
- b) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica os demais coobrigados.
- c) A interrupção por um dos credores solidários não aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- d) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.
- e) A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

Direito Processual Civil | 5 questões

26) Com base no Código de Processo Civil, sobre partes e procuradores, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência.

- () Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
 - () O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.
 - () Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- a) C - C - C.
 - b) C - E - C.
 - c) E - C - E.
 - d) E - E - E.
 - e) E - C - C.

27) Considerando as disposições da Lei nº 13.105/2015 (e alterações posteriores) sobre partes e procuradores — capacidade de ser parte, de estar em juízo e capacidade postulatória —, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido não serão intimados no processo no qual o espólio seja parte.
- b) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- c) O gerente de filial ou agência não se presume autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
- d) Os Estados e o Distrito Federal não poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado.
- e) A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios não poderá ocorrer em questões de interesse comum dos Municípios associados.

28) Assinalar a alternativa que apresenta um dever das partes e procuradores.

- a) Não expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- b) Formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- c) Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- d) Não cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e criar embaraços à sua efetivação.
- e) Não declinar o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações.

29) Será considerado litigante de má-fé aquele que:

- a) Não deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
 - b) Não alterar a verdade dos fatos.
 - c) Não usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
 - d) Ouser resistência injustificada ao andamento do processo.
 - e) Não proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
-



30) Em relação aos procuradores, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A parte será representada em juízo por advogado não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, sem exceção.
- c) O advogado será admitido a postular em juízo sem procuração.
- d) O ato não ratificado será considerado eficaz.
- e) É lícito à parte postular em causa própria quando tiver habilitação legal.

Direito Tributário | 5 questões

31) A atenção aos prazos processuais é de especial relevância no âmbito de atuação de uma procuradoria municipal. Nos termos da Lei nº 6.830/1980 (cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública), o prazo para o executado pagar a dívida, na forma da lei, ou garantir sua execução, é de:

- a) Três dias.
- b) Cinco dias.
- c) Dez dias.
- d) Quinze dias.
- e) Trinta dias.

32) É comum que a Certidão de Dívida Ativa (CDA) contenha erros. Nesse sentido, nos termos da Lei nº 6.830/1980 (cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública), a CDA poderá ser substituída ou emendada até:

- a) O recebimento da inicial.
- b) A oposição de embargos pelo devedor.
- c) A decisão de primeira instância.
- d) O acórdão que confirmar ou reformar a sentença.
- e) O trânsito em julgado da demanda.

33) Nos termos da Lei nº 6.830/1980, Lei de Execução Fiscal, a inscrição em Dívida Ativa:

- a) Interrompe a prescrição por 180 dias.
- b) Constitui-se no ato de controle administrativo da legalidade.
- c) Será realizada por qualquer autoridade administrativa.
- d) Suspende a prescrição apenas após o despacho do juiz que ordena a citação.
- e) Transfere ao Poder Judiciário a responsabilidade pela apuração da liquidez e certeza do crédito.

34) À luz da Lei nº 6.830/1980, a Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

- I. Antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
- II. Findo o leilão, se não houver licitante, pelo preço da avaliação.
- III. Findo o leilão, havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 15 dias.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Apenas nos itens II e III.
- e) Em todos os itens.

35) Nos termos da Lei nº 6.830/1980 (cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública) sobre os sujeitos passivos da execução, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () O espólio.
- () A massa.
- () O responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- () Os sucessores, ressalvados aqueles a título hereditário.

- a) C - C - E - E.
- b) E - E - C - C.
- c) C - E - E - C.
- d) E - C - C - E.
- e) C - E - C - E.



Direito do Trabalho | 5 questões

36) O Direito do Trabalho possui forte carga principiológica oriunda da Constituição Federal. Nesse sentido, é correto afirmar que são fundamentos da República Federativa do Brasil e reconhecidos como princípios do Direito do Trabalho:

- a) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) O desenvolvimento nacional.
- c) A erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- d) A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

37) A assistência aos filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais é um direito constitucional de caráter social. Nos termos da Constituição Federal, a assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos trabalhadores deve ocorrer desde o nascimento até os:

- a) Três anos de idade.
 - b) Quatro anos de idade.
 - c) Cinco anos de idade.
 - d) Seis anos de idade.
 - e) Sete anos de idade.
-



38)

Texto A:

O servidor A, procurador municipal estatutário admitido por concurso público, a servidora B, agente de combate às endemias (empregada pública efetiva submetida ao regime celetista), e o servidor C, ocupante exclusivamente de cargo em comissão no Gabinete do Prefeito, todos atuantes na Administração Direta do Município Alfa, desejam questionar judicialmente a conduta do Departamento de Pessoal, por supostos erros de cálculo de determinada vantagem.

Considerando o Texto A e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da competência para as respectivas demandas, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Competência da Justiça Estadual.
- (2) Competência da Justiça do Trabalho.

- () Servidor A.
- () Servidora B.
- () Servidor C.

- a) 1 - 2 - 2.
 - b) 2 - 2 - 1.
 - c) 1 - 1 - 2.
 - d) 1 - 2 - 1.
 - e) 2 - 1 - 2.
-

39) João e Maria são irmãos e desejam contribuir com a renda familiar, ajudando nas despesas de casa. João tem 17 anos e pretende trabalhar em período integral como auxiliar administrativo, enquanto Maria, de 15 anos, deseja atuar como aprendiz em uma empresa da cidade. Considerando apenas a idade mínima para o trabalho, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) João e Maria não podem trabalhar, tendo em vista que são menores de 16 anos.
 - b) Apenas João pode trabalhar, pois Maria ainda não completou 16 anos.
 - c) João e Maria podem trabalhar, pois a Constituição permite o trabalho a partir dos 16 anos para trabalhadores comuns e a partir dos 14 anos para aprendizes.
 - d) Apenas Maria pode trabalhar como aprendiz, pois João precisa completar 18 anos para exercer atividade remunerada.
 - e) João, por ter 17 anos, pode trabalhar, inclusive no período noturno, enquanto Maria pode trabalhar apenas como aprendiz.
-



40) O art. 7º da Constituição Federal, que prevê os direitos e garantias fundamentais, indica como direitos fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) Repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- c) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e sessenta dias.
- d) Remuneração do serviço extraordinário superior em, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.
- e) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.